



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 1 - Não deixar ninguém para trás

Modalidade: trabalho completo

Estratégias de aplicação da competência crítica em informação nos repositórios institucionais: Um Olhar Inclusivo aos Povos Originários

Strategies for applying critical information competence in institutional repositories: An Inclusive Perspective on Indigenous Peoples

Angerlânia Rezende – Universidade Federal da Paraíba (UFPA)

Ronnie Anderson Nascimento de Farias – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Carla Beatriz Marques Felipe

Resumo: Esta pesquisa objetiva apresentar estratégias de aplicação da competência crítica em informação nos repositórios institucionais. Procedimentalmente, é uma pesquisa exploratório-descritiva, com abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico. Como resultados, apresentam-se recomendações para a aplicação da competência crítica em informações e os repositórios institucionais, como ação que podem contribuir para pesquisas mais abrangentes e inclusivas, relacionadas aos povos indígenas, fornecendo informações importantes sobre suas culturas e preservação de seus conhecimentos. Conclui-se que essa competência é essencial nesse campo e os repositórios institucionais são plataformas necessárias para democratizar e tornar acessível a produção científica e cultural dos povos indígenas.

Palavras-chave: Competência crítica em informação. Povos originários. Repositórios institucionais.

Abstract: This research aims to present strategies for applying critical information literacy in institutional repositories. Procedurally, it is an exploratory-descriptive research with a qualitative approach and bibliographic nature. As results, it presents recommendations for the application of critical information literacy in institutional repositories as actions that can contribute to more comprehensive and inclusive research related to Indigenous peoples, providing important information about their cultures and the preservation of their knowledge. It concludes that this competency is essential in this field and that institutional repositories are necessary platforms to democratize and make accessible the scientific and cultural production of Indigenous peoples.

Keywords: Critical information literacy. Indigenous peoples. Institutional repositories.



1 INTRODUÇÃO

É sabido que a história das relações entre as comunidades indígenas e as instituições ocidentais é marcada por práticas de marginalização e exclusão. As estruturas de poder modernas, capitalistas e patriarcais, muitas vezes têm desconsiderado os saberes e as formas de vida indígenas, perpetuando um modelo de conhecimento hegemônico e eurocêntrico (Quijano, 2014). Neste contexto, a competência crítica em informação emerge como uma estratégia de resistência, capaz de desafiar e subverter as narrativas dominantes. Ela promove a capacidade de questionar criticamente as fontes de informação, reconhecendo as dinâmicas de poder que subjazem às práticas de produção e disseminação do conhecimento.

É importante compreender que, nesse contexto, a inclusão de saberes indígenas nos repositórios institucionais representa um passo significativo para a democratização do acesso à informação e para o fortalecimento das identidades culturais das comunidades originárias. Esses repositórios, ao abrirem espaço para a diversidade epistêmica, não apenas enriquecem o patrimônio cultural global, mas também corrigem distorções históricas, permitindo que os povos originários sejam protagonistas na preservação e divulgação de seus próprios conhecimentos (Neves; Sandri, 2022). Essa prática contribui para a sustentabilidade cultural, promovendo uma maior compreensão e respeito pela pluralidade de perspectivas que compõem o tecido social.

Neste sentido, este trabalho objetiva apresentar estratégias de aplicação da competência crítica em informação nos repositórios institucionais, visando uma abordagem inclusiva que valorize, preserve e integre os conhecimentos dos povos originários, promovendo a democratização do acesso à informação e o fortalecimento das identidades culturais dessas comunidades. Para tanto, parte do pressuposto de que a preservação das culturas indígenas, o fortalecimento das identidades étnicas e a luta pelos direitos territoriais e pela autonomia têm como base o desenvolvimento do olhar crítico e libertador que questiona, quebra e modifica essa condição sócio-histórica de submissão e de opressão à que são submetidos esses povos.

Assim, este trabalho parte de pesquisas bibliográficas de teses de Doutorado, em andamento, e outras duas já finalizadas, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação das Universidades Federal da Paraíba e do Rio de Janeiro. Esta comunicação contempla procedimentos metodológicos, análises e discussões acerca das potencialidades da

competência crítica em informação como estratégia nos repositórios institucionais e considerações finais. Além desta introdução, aborda a competência crítica em informação e os repositórios institucionais com forma de inclusão e tece algumas considerações acerca dessas possibilidades.

2 ABORDAGEM INCLUSIVA NO CONTEXTO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

A inclusão dos saberes dos povos originários nos repositórios institucionais representa um passo essencial para a construção de uma Ciência da Informação verdadeiramente democrática e diversificada. Historicamente, sabe-se que os conhecimentos tradicionais dessas comunidades foram marginalizados ou completamente excluídos e silenciados dos registros acadêmicos e científicos. Com efeito, as “[...] discussões sobre o respeito aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade são especialmente importantes para proteção e preservação de sua identidade, além da permanência de tais comunidades em seus ambientes, evitando-se o êxodo e a perda de saberes.” (Pereira; Souza, 2022).

Assim, integrar os saberes ancestrais dos povos indígenas nos acervos digitais institucionais representa um reconhecimento fundamental de suas contribuições para a diversidade cultural e científica. Essa valorização é essencial para corrigir a marginalização histórica dessas culturas, que foram frequentemente silenciadas e desvalorizadas pelos paradigmas científicos ocidentais dominantes (Oliveira; Gomes, 2021). A preservação e a visibilidade dos saberes indígenas não apenas enriquecem o patrimônio cultural global, mas também desafiam a hegemonia do conhecimento ocidental.

Esses saberes desempenham um papel educativo importante ao proporcionar acesso a uma diversidade de perspectivas culturais. Como argumenta Mignolo (2011), a sensibilização para a pluralidade de conhecimentos pode ajudar a desconstruir preconceitos e estereótipos sobre os povos originários. Este tipo de educação promove uma maior compreensão e respeito pela diversidade cultural, essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

É importante garantir que os conhecimentos indígenas sejam tratados com respeito e que os direitos de propriedade intelectual das comunidades sejam protegidos. Os repositórios devem adotar políticas que reconheçam e respeitem a soberania dos povos indígenas sobre seus próprios saberes, assegurando que sua inclusão seja feita de maneira justa e ética (Santos, 2017). Além disso, a sustentabilidade dessas iniciativas depende de um compromisso contínuo

com a inclusão e a participação ativa das comunidades indígenas na governança dos repositórios.

2.1 Competência crítica como ação inclusiva

A competência crítica em informação, no contexto dos povos originários, representa um poderoso instrumento de inclusão e valorização dos seus conhecimentos. Essa abordagem vai além das habilidades tradicionais de busca e uso da informação, propondo um engajamento crítico e reflexivo que desafia as estruturas de poder e conhecimento dominantes existentes no mundo contemporâneo.

Na visão de Tewell (2015), essa competência tem o propósito de encorajar o sujeito a agir sobre as estruturas opressivas e abusivas de poder subjacentes à produção e à disseminação de informação. Com efeito, parte de uma proposta que busca estimular os sujeitos a se empoderar e se emanciparem por meio da informação para, então, serem capazes de identificar e agir sobre as estruturas abusivas, reduzindo situações de vulnerabilidade e exclusão à que foram submetidos.

Pode-se enfatizar, que a competência crítica em informação, treina e capacita o sujeito a enxergar possibilidades de enfrentamento da subalternização, da opressão e da exclusão, podendo ela se apresentar como fator de resistência e inclusão social, especialmente para grupos compostos por minorias étnicas, que é o caso dos povos originários. Esse tipo de competência é ainda uma potencializada estratégia orientada à tomada de consciência, à construção da autonomia e à transformação de estruturas vigentes.

Além disso, no conhecimento do capitalismo informacional, que compreende uma abordagem teórica destinada a examinar as transformações decorrentes da expansão das tecnologias digitais de informação e de comunicação como artefatos constitutivos das relações de experiência e de poder do sistema capitalista vivenciado pela humanidade Schneider (2019), a competência crítica em informação proporciona aos sujeitos a atitude crítica frente aos aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem todos esses processos informacionais, pois:

[...] representa uma linha conceitual que reflete sobre as competências em informação para além das vias formais de ensino, visto que tenciona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um

perfil que tende à uniformização de um possível “sujeito competente em informação”(Oliveira; Souza, 2022, p. 78).

Nessa perspectiva, Oliveira e Souza (2022) consideram que a competência crítica em informação pode também contribuir para a autonomia e a emancipação dos sujeitos, capacitando-os a participar de forma ativa e informada na sociedade, pois isso envolve não apenas habilidades técnicas, mas também a capacidade de pensar criticamente sobre a informação. Deve-se considerar também as questões éticas e de responsabilidade social que a competência crítica em informação permite, uma vez que os sujeitos devem ser capazes de avaliar as implicações éticas do uso da informação e atuar de maneira responsável em suas práticas e ações de informação.

A esse respeito, Pereira, Pinheiro e Souza, (2023), salientam que a ética da informação é fundamental em questões que envolvem a coleta, o armazenamento, o processamento, a vigilância, a apropriação e a disseminação de informações, considerando a responsabilidade social na proteção de dados confidenciais, a censura e a justiça social no ambiente digital.

É de se considerar que, pelo menos, parte das finalidades e dos objetivos da competência crítica em informação, apresentadas por diferentes autores, têm papel fundamental diante da realidade dos povos originários, marcada pela exclusão, pela opressão, pelo extermínio e silenciamento, uma vez que os capacita para preservar e valorizar suas identidades, suas culturas e suas sociabilidades.

Mediante esse pensamento, pondera-se, a partir de Pereira, Pinheiro e Souza (2023), que o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura originária potencializam os indígenas a desenvolverem o olhar e o pensamento crítico, participando de forma mais ativa nos processos políticos e sociais, combatendo as estruturas de opressão que rodeiam e, muitas vezes, permeia as comunidades.

Logo, os repositórios institucionais são fundamentais para a preservação e valorização do conhecimento indígena. Eles não apenas garantem a proteção e a transmissão desses saberes, mas também promovem a inclusão digital, a legitimação dos conhecimentos tradicionais, o empoderamento das comunidades indígenas e a desconstrução de estereótipos. Ao reconhecer e incorporar os saberes indígenas, os repositórios institucionais contribuem para uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

2.2 Compreendendo a informação indígena e seus saberes ancestrais

Sabe-se que durante séculos, as políticas coloniais visavam dizimar as culturas indígenas e impor uma narrativa hegemônica sobre o território, os recursos naturais e até mesmo a própria identidade dos povos originários. Na concepção de Pereira e Souza (2022), discussões voltadas aos conhecimentos tradicionais associados as suas formas e costumes diversos são especialmente importantes para proteção e preservação de sua identidade, além da permanência de tais comunidades em seus ambientes, pois isso evita o êxodo e a perda de saberes e heranças ancestrais. Nesse contexto, a informação indígena era sistematicamente desvalorizada, marginalizada ou mesmo proibida, sendo impostos os costumes e as tradições dos colonizadores (Mignolo, 2011). Reconhecer que a história da opressão dos povos originários está intrinsecamente ligada à supressão de sua informação e de seu conhecimento, é de extrema importância.

Além disso, Terena (2010), salienta que fatores como a falta de acesso a recursos educacionais adequados, a discriminação linguística e a falta de reconhecimento institucional de suas formas de conhecimento são apenas algumas das barreiras que impedem a plena valorização da informação indígena. Na base de tudo isso, se encontra as marcas do processo histórico de colonização que deixa como herança a ideia de que todo conhecimento, sabedoria e verdades se concentram nos países europeus, sendo as outras nações e civilizações atrasadas “e infantis, nelas não havia a sabedoria real, mas unicamente mitologia e, ainda, valorizada como superstição. Por essa razão, havia um desprezo total” (Terena, 2010, p. 27).

A apropriação cultural e a mercantilização de elementos da cultura indígena representam uma ameaça à integridade e à autenticidade dos conhecimentos tradicionais. Os saberes indígenas, muitas vezes, são reduzidos a produtos exóticos para consumo massivo, enquanto as comunidades detentoras desses conhecimentos são marginalizadas ou excluídas do processo de comercialização (Almeida, 2010), o que já mudou e vem mudando e tendo uma evolução nos olhares reflexivos sobre esse tema, dando mais espaço à produção de saberes e de informação indígena.

Dessa forma, é importante destacar que o conceito de informação indígena ainda é pouco explorado na literatura da Ciência da Informação. Paiva (2013), pode-se considerar como uma referência importante de pesquisa nesse campo, para quem a informação indígena abrange uma variedade de textos e de documentos sobre o conhecimento dos povos indígenas

e a respeito deles, independentemente do suporte em que se encontram. Em decorrência de sua complexidade, esse conceito incorpora vários campos do conhecimento, tais como Antropologia, Linguística, Saúde, Educação, Arte e Direito, entre outros.

A informação indígena presente nas fontes de informação permite, na visão de Dorricó (2020), que os povos originários protagonizem a produção de conhecimento, revisitando a história para construir identidades e memórias que rejeitam quaisquer ideias de traumas ou de desolação pós-conquista de seus territórios, e, ainda mais, a ideia de extinção dos povos originários.

Já na concepção de Rezende *et al.* (2023), as fontes de informação especializadas em informação indígena apresentam informações produzidas por indígenas ou sobre eles, utilizando suportes que incluem canais tradicionais, como livros, bibliotecas, museus, arquivos e eventos, além dos canais digitais disponíveis na internet, como bases de dados, repositórios, periódicos, documentários, mídias sociais e páginas governamentais, entre outros.

O entendimento de informação indígena é fundamental para o entendimento, a valorização e a preservação das culturas e dos conhecimentos tradicionais, na medida em que ajuda a promover também a justiça social e a inclusão desses sujeitos, uma vez que suas práticas, suas tradições e seus saberes são desenvolvidos e mantidos ao longo de gerações e que foram diminuídas, silenciadas e, até mesmo, esquecidas em decorrências das práticas impostas pelos colonizadores. Dessa forma, esses conceitos contribuem para o fortalecimento e a aplicação de ações que promovam benefícios e equidade para essas comunidades diversas.

2.3 Repositórios institucionais na promoção do acesso aberto e a preservação do conhecimento dos povos originários

O Conhecimento indígena refere-se ao conhecimento, práticas e crenças desenvolvidas por comunidades indígenas ao longo de gerações. Ele abrange áreas como medicina tradicional, práticas agrícolas sustentáveis, astronomia, linguagem e cultura, como já mencionados (Santos, 2017). No Brasil, alguns repositórios acadêmicos têm categorias específicas para documentos científicos sobre temas indígenas, embora não sejam exclusivamente dedicados a isso. Muitas universidades têm linhas de pesquisa específicas para estudos indígenas, como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estes repositórios, frequentemente, organizam documentos sob categorias que incluem estudos indígenas (Santos, 2017).

Como os repositórios digitais são acessíveis online, eles podem ajudar a superar barreiras geográficas e linguísticas, tornando o conhecimento indígena mais acessível a um público global, valorizando, incluindo e preservando o conhecimento e saberes originários. Isso pode ajudar a promover a compreensão e o respeito pelas culturas indígenas. Os repositórios digitais também podem ajudar a proteger o conhecimento indígena contra uso indevido e apropriação (Leite *et al.*, 2012; Salcedo, Silva, 2020, Neves; Sandri, 2022). É fundamental garantir que a documentação do conhecimento tradicional seja realizada com respeito aos direitos das comunidades indígenas, mediante consentimento prévio e com a participação ativa dos detentores do conhecimento. A repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização do conhecimento tradicional também deve ser assegurada (Buthelezi; Ocholla; Dlamini, 2024, Neves; Sandri, 2022).

A preservação desse conhecimento é importante por diversos motivos, envolve um conjunto de fatores compostos por:

- a) **Patrimônio cultural:** sendo esse conhecimento um componente fundamental da identidade e patrimônio cultural indígena, transmitindo história, valores e visão de mundo;
- b) **Biodiversidade e sustentabilidade:** que geralmente contém informações valiosas sobre o uso sustentável dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade;
- c) **Justiça social:** que envolve a documentação e disseminação do conhecimento indígena de forma ética e justa, podendo ajudar a garantir o reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual das comunidades indígenas (Buthelezi; Ocholla; Dlamini, 2024).

Esse conhecimento pode ser disponibilizado por meio do repositório institucional (RI), que é uma base de dados *online* que reúne e organiza a produção científica e intelectual de uma instituição. Os RIS são projetados para armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual de uma instituição, geralmente no contexto de universidades e instituições de pesquisa. Eles são resultado do Movimento de Acesso Aberto, que visa democratizar o conhecimento, tornando-o acessível gratuitamente e sem restrições (Buthelezi; Ocholla; Dlamini, 2024).

Os RIS dedicados ao conhecimento indígena podem reunir e disponibilizar o conhecimento de forma organizada e acessível, além de contribuir para a visibilidade e

reconhecimento das comunidades indígenas. Eles emergem como ferramentas na promoção do acesso aberto e na preservação do conhecimento dos povos indígenas (Leite *et al.*, 2012, Neves; Sandri, 2022).

Vale ressaltar que a documentação e disseminação desse conhecimento dos povos indígenas apresentam desafios únicos, incluindo o que podem necessitar de superação dos RIS, como:

- a) **Natureza oral:** o conhecimento indígena ainda é frequentemente transmitido oralmente, o que dificulta sua coleta e organização em formatos escritos ou digitais e que precisa se pensar em estratégias e ações para preservar esses saberes;
- b) **Línguas indígenas:** a documentação em línguas indígenas é fundamental, mas a falta de recursos e especialistas em linguística indígena pode ser um obstáculo;
- c) **Propriedade intelectual:** a proteção da propriedade intelectual do conhecimento dos povos originários é fundamental para evitar a biopirataria e garantir que os benefícios da sua utilização sejam compartilhados de forma justa com as comunidades indígenas;
- d) **Acesso e infraestrutura:** muitas comunidades indígenas enfrentam desafios de acesso à tecnologia e infraestrutura digital, o que pode dificultar a disseminação desse conhecimento (Buthelezi; Ocholla; Dlamini, 2024).

No Brasil, existem iniciativas que estão propondo a preservação do conhecimento indígena, como é o caso do "Repositório Digital Insikiran", que foi criado para proteger, preservar e disseminar o conhecimento tradicional dos povos indígenas de Roraima. Este repositório, hospedado pela Universidade Federal de Roraima, visa reunir trabalhos acadêmicos e outros documentos relevantes para a cultura e história indígena local, tornando-os acessíveis a pesquisadores, estudantes e o público em geral. O *software* livre *DSpace* foi utilizado na sua construção. (Neves; Sandri, 2022).

Já o Repositório Institucional "Arca" da Fiocruz, na coleta e disponibilização de documentos sobre saúde indígena, tem mais de 1.500 documentos, incluindo vídeos-aula, capítulos de livros, artigos e teses, o Arca se torna um recurso valioso para pesquisadores, profissionais de saúde, organizações indígenas e o público em geral, contribuindo para a construção de políticas públicas baseadas em evidências e para a promoção da saúde e bem-estar das comunidades indígenas (ICICT, 2024).

Esses exemplos que começam a surgir, são de extrema importância e demonstram que a tecnologia, especialmente presente nos repositórios institucionais, oferecem ferramentas valiosas para preservar, organizar e democratizar o acesso ao conhecimento indígena.

3 METODOLOGIA

No delineamento metodológico, definiu-se a pesquisa quanto ao objetivo, a partir do entendimento de Minayo (2010), como exploratório-descritiva, na medida em que buscou levantar e descrever elementos e características da competência crítica em informação e repositórios institucionais no contexto dos povos originários.

Quanto à abordagem, caracterizou-se como pesquisa qualitativa, pois buscou estudar elementos em níveis não quantificáveis (Minayo, 2010), focando na contextualização e na delimitação de categorias analíticas básicas, que potencializam as relações dinâmicas entre competência crítica da informação e repositórios institucionais para a preservação, conservação, inclusão e disseminação democrática da produção de conhecimento indígena.

Já com relação aos procedimentos de coleta de dados, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, que, conforme Gil (2002), esse tipo de pesquisa é um procedimento metodológico fundamental que visa a coleta, a análise e a interpretação de informações já publicadas sobre a temática indígena. Assim, a coleta de dados foi realizada via levantamentos bibliográficos e sistematizados por meio de seleções de fontes mais relevantes acerca das possíveis relações entre competência crítica em informação e repositórios institucionais.

4 ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

A documentação e preservação do conhecimento indígena são cruciais para as futuras gerações pois a ênfase na transmissão oral, mas infelizmente, ainda não comporta toda preservação dos saberes tradicionais (Buthelezi; Ocholla; Dlamini, 2024, ICIT, 2024). A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) destaca a documentação como parte fundamental de uma estratégia abrangente para proteger o conhecimento dos povos originários. A documentação e o compartilhamento adequados são formas essenciais de inclusão de esses saberes e sua preservação nos RIS.

Os autores Periotto *et al.* (2024) ressaltam a necessidade de melhor representar as identidades indígenas em ambientes acadêmicos e sistemas de informação. A inclusão de metadados específicos em repositórios institucionais, como nomes indígenas, palavras-chave e resumos em línguas originárias, é importante para ampliar essa representatividade.

Com isso, os RIS fornecem a plataforma necessária para reunir, organizar e tornar acessível a produção científica e cultural dos povos indígenas. É preciso, no entanto, frisar a necessidade de adaptar os sistemas de informação para receber e representar adequadamente a produção científica indígena, como a criação de metadados específicos para identificar a etnia dos autores indígenas, além da democratização do acesso a esse conhecimento, documentação e produção indígena, tornando-o disponível gratuitamente para pesquisadores, instituições e a comunidade em geral (Neves; Sandri, 2022).

Dessa forma, observa-se a importância dos Repositórios Institucionais (RIS) na coleta, organização e disseminação de conhecimento, com ênfase na documentação da produção de saberes indígenas. Assim, algumas estratégias para que esses repositórios cumpram esse papel de forma eficaz e ética são descritas no Quadro 1:

Quadro 1 – algumas recomendações estratégicas de preservação digital da cultura indígena

Domínio	Ações de competência	Recomendações estratégicas
Representatividade e Acesso	Uso de metadados para tornar o conhecimento indígena mais acessível	A criação de metadados específicos para identificar a etnia, língua e comunidade dos autores indígenas é de extrema relevância. Essa prática permite buscas mais precisas e reconhece a origem do conhecimento indígena. Ao usar metadados culturalmente relevantes e específicos para o conhecimento indígena, pesquisadores e comunidades indígenas podem tornar esses recursos mais fáceis de encontrar, usar e citar. A criação desses metadados, permitem a identificação dos estudantes indígenas enquanto autores e produtores de conhecimento científico, incluindo a possibilidade de indicar suas etnias, nome indígena, palavras-chave e resumo, em suas línguas originárias.
	Acolhendo a diversidade linguística	Permitir a inclusão de resumos e palavras-chave em línguas indígenas, além da língua dominante do repositório, amplia o acesso à informação para as comunidades indígenas e pesquisadores interessados.
	Reconhecendo a autoria coletiva	Os repositórios devem se adaptar para refletir a natureza frequentemente coletiva da produção de conhecimento indígena. Essa medida reconhece as práticas tradicionais de compartilhamento de conhecimento e garante que os direitos intelectuais da comunidade sejam respeitados.
Preservação Digital	Criação de repositórios digitais indígenas	Repositórios digitais dedicados ao conhecimento indígena podem ser usados para armazenar e compartilhar uma ampla gama de materiais, incluindo gravações de áudio e vídeo, fotografias, documentos escritos e dados de pesquisa. Esses repositórios podem ser projetados para atender às



		necessidades específicas das comunidades indígenas, com recursos como interfaces de idiomas indígenas e protocolos de controle de acesso. É importante que os repositórios digitais estejam em constante desenvolvimento, incorporando novas tecnologias e se adaptando às necessidades das comunidades indígenas. A criação de repositórios digitais indígenas em universidades e instituições de pesquisa representa um passo crucial para a valorização e proteção do patrimônio cultural e intelectual dos povos originários.
Além da Preservação	Parcerias com as comunidades	A colaboração direta com as comunidades indígenas em todas as etapas do desenvolvimento e gestão do repositório é fundamental. O Repositório <i>Digital Insikiran</i> , desenvolvido em parceria com o Instituto <i>Insikiran</i> de Formação Superior Indígena da UFRR, exemplifica essa abordagem.
	Disseminação estratégica	Utilizar ferramentas de <i>marketing</i> digital e mídias sociais para alcançar e envolver as comunidades indígenas, incentivando a participação ativa no repositório. Sites, mídias sociais e plataformas de aprendizagem online podem ser usados para compartilhar o conhecimento indígena com um público global. Isso pode ajudar a promover a conscientização e o respeito pelas culturas indígenas, além de criar oportunidades para colaboração e intercâmbio.
	Proteção da propriedade intelectual	Definir políticas claras e transparentes sobre direitos autorais, acesso e repartição de benefícios, garantindo que o conhecimento indígena seja compartilhado de forma ética e responsável, com o consentimento prévio das comunidades.
	Uso de tecnologias digitais para registrar e preservar o conhecimento indígena	Tecnologias de gravação de áudio e vídeo podem ser usadas para documentar idiomas indígenas, histórias orais, músicas e cerimônias. Fotografias e digitalização 3D podem ser usadas para preservar artefatos e locais culturais. Essas tecnologias podem ajudar a garantir que o conhecimento indígena seja transmitido às gerações futuras.

Fonte: elaborado com base em Tjiek, 2006, Neves; Sandri, 2022, **ICICT, 2024**, Periotto *et al.*, 2024.

Como pode ser observado no Quadro 1, os RIS podem contribuir para pesquisas mais abrangentes e para a formulação de políticas públicas relacionadas aos povos indígenas, fornecendo dados e informações importantes sobre suas culturas, conhecimentos e necessidades (Periotto *et al.*, 2024).

Além disso, os domínios 'Representatividade e Acesso, Preservação Digital e Além da Preservação' podem servir para compreensão das estratégias de competência informacional, especialmente em contextos decoloniais e de valorização dos saberes tradicionais, como os indígenas. As Ações de Competência representa algumas indicações para tornar o conhecimento indígena mais inclusivo com acesso livre e ético. Já as Recomendações Estratégicas indica um conjunto de sugestões para que esses domínios e ações sejam postos em prática nesses diversos contextos e comunidades existentes no Brasil.

Periotto *et al.*, (2024) enfatizam que a inclusão desses conhecimentos contribui para a diversidade epistemológica e a descolonização dos acervos acadêmicos. Incorporar saberes tradicionais permite que os repositórios transcendam a visão eurocêntrica predominante, valorizando formas de conhecimento que são essenciais para a sustentabilidade ambiental, a preservação cultural e a inovação social, protegendo e fortalecendo os saberes tradicionais.

Há desafios na documentação e disseminação do conhecimento indígena, como a necessidade de garantir o consentimento livre, prévio e informado das comunidades, o respeito à propriedade intelectual e a criação de mecanismos eficientes de colaboração. Portanto, as fontes fornecidas demonstram que os RIs desempenham um papel fundamental na proteção, preservação e valorização do conhecimento indígena. No entanto, ainda há desafios a serem superados para garantir que essas plataformas sejam verdadeiramente inclusivas e respeitem os direitos e as perspectivas das comunidades indígenas (Neves; Sandri, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar estratégias de aplicação da competência crítica em informação nos repositórios institucionais, visando uma abordagem inclusiva que valorize, preserve e integre os conhecimentos dos povos originários, promovendo a democratização do acesso à informação e o fortalecimento das identidades culturais dessas comunidades. Como indicado no texto, ainda há necessidade de investimentos em tecnologias e infraestrutura para garantir a perpetuação e o acesso ao conhecimento indígena, assim como a criação de políticas públicas e o desenvolvimento de novas pesquisas para fortalecer a proteção e a repartição justa de benefícios relacionados ao conhecimento tradicional.

Para aplicar a competência crítica em informação nos repositórios institucionais de forma inclusiva, é fundamental criar ações que valorizem e preservem os conhecimentos dos povos originários. Isso pode ser realizado através da inclusão de materiais que representem a diversidade cultural, histórica e linguística dessas comunidades. É importante que os repositórios disponibilizem documentos, estudos, vídeos e outros recursos produzidos pelos próprios povos indígenas, garantindo que suas vozes e perspectivas sejam adequadamente representadas.

Além disso, é preciso considerar ainda, a colaboração de líderes e representantes indígenas para assegurar a precisão e a relevância dos conteúdos. A promoção de acessibilidade e usabilidade dos repositórios institucionais para as comunidades indígenas, inclui também a tradução de interfaces e conteúdo para as línguas nativas, bem como a adaptação das plataformas para serem mais intuitivas e facilmente navegáveis por usuários com diferentes níveis de letramento digital. Também é essencial oferecer treinamentos e oficinas para capacitar os membros das comunidades indígenas a utilizar essas ferramentas de forma eficiente. Essas ações não só democratizam o acesso à informação, mas também empoderam as comunidades a explorar, contribuir e se beneficiar plenamente dos repositórios institucionais.

Por fim, incentivar a inclusão de conhecimento indígena é uma estratégia vital para integrar os saberes indígenas nos repositórios institucionais. Este processo envolve a realização de projetos colaborativos de pesquisa, onde os povos indígenas participam ativamente desde a concepção até a disseminação dos resultados. Estabelecer parcerias entre universidades, instituições de pesquisa e comunidades indígenas pode fomentar a produção de novos conhecimentos que respeitem e valorizem as tradições e epistemologias indígenas. Ademais, esses projetos colaborativos ajudam a fortalecer as identidades culturais, ao mesmo tempo em que promovem um diálogo intercultural enriquecedor que contribui para a desconstrução de preconceitos e a promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 30, nº 59, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/SRhv5rjSyHFjtdSCchQhnfG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BEZERRA OLIVEIRA, Damião; GOMES, Raphael Carmesin. Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 643–677, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/55175>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BUTHELEZI, Simiso; OCHOLLA, Dennis; DLAMINI, Petros. Strategies for documenting and disseminating indigenous knowledge at a South African university. **SAJIM (Online)**, Cape Town, v. 26, n. 1, p. 1-13, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/PHdIK>. Acesso em: 04 jul. 2024.

DEROCHE, Frédéric. La notion de “peuples autochtones”: une synthèse des principaux débats terminologiques. In: FRITZ, Jean Claude; DEROCHE, Frédéric; FRITZ, Gérard. **La nouvelle question indigène: Peuples autochtones et ordre mondiale**. Paris: L’Harmattan, 2005.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno; CORREIA, Heloisa; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER. **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora, 2020.

ELMBORG, James. Critical information literacy: definitions and challenges. In: WILKINSON, Carroll Wetzel; BRUCH, Courtney (Orgs.). **Transforming information literacy programs: intersecting frontiers of self, library culture, and campus community**. Chicago, IL: Association of College and Research Libraries, 2012.

ELMBORG, James. Critical information literacy: Implications for instructional practice. **The Journal of Academic Librarianship**, Amsterdam, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2024.

ICICT – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. **Repositório Arca disponibiliza mais de 1.500 documentos sobre saúde indígena**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/9vA1r>. Acesso em: 08 jul. 2024.

LEITE, Fernando; AMARO Bianca; BATISTA Tainá; COSTA Michelli. **Repositórios institucionais: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília, DF: IBICT, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2010.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Durham, Duke University Press, 2011.

NEVES, Elton Bentes; SANDRI, Eliseu Adilson. O Repositório Digital Indígena para Proteção e Preservação dos Saberes Tradicionais Indígenas de Roraima – Brasil. **Cadernos de Prospecção, [S. l.]**, v. 15, n. 2, p. 379–395, 2022. DOI: 10.9771/cp.v15i2.47038. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/47038>. Acesso em: 8 jul. 2024.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; GOMES, Raphael Carmesin. Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 643–677, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/55175>. Acesso em: 22 maio. 2024.



OLIVEIRA, Maria Livia Pachêco de; SOUZA, Edivanio Duarte de. Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. In: Arthur Coelho Bezerra; Marco Schneider. (Org.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 77-86. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1200/1/Bezerra%20%26%20Schneider%20-%20Compet%3%aancia%20Cr%3%adtica%20em%20Informa%3%a7%3%a3o%20%282022%29.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). *Organização Mundial da Propriedade Intelectual*. Genebra: OMPI, [2024]. Disponível em: <https://www.wipo.int/pt/web/office-brazil>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PEREIRA, Beneildo Rodrigues Oliveira; SOUZA, Edivanio Duarte de. Patentes e conhecimentos tradicionais: uma breve discussão acerca da apropriação de propriedades coletivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: PPGCI/UFRS, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/view/1046/768>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PEREIRA, Beneildo Rodrigues Oliveira; PINHEIRO, Edna Gomes; SOUZA, Edivanio Duarte de. Ética intercultural da informação: convergências teórico-conceituais em torno do pensamento de fronteira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23, 2023, São Cristóvão, SE. **Anais [...]** São Cristóvão, SE: PPGCI/UFS, 2023.

PERIOTTO, Caroline; ARAKAKI, Felipe Augusto; GRACIOSO, Luciana; COSTA, Luzia Sigoli; MASSA, Jair de Jesus. Representatividade de etnia indígena em produção científica no Repositório Institucional da UFSCar: reflexões e ações preliminares. In: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO, DADOS E TECNOLOGIA – WIDaT, 7., 2024, [S. I.]. **Anais [...]**. [S. I.]: WIDaT, 2024. v. 7, p. e171. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/widat/index.php/widat2024/article/view/171>. Acesso em: 9 jul. 2024.

PAIVA, Eliane Bezerra. **Narrativas indígenas**: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação. 2013.199f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: Clacso, 2014.

REZENDE, Angerlânia; CARVALHO, Wellington Marçal de; FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento de; PAIVA, Eliane Bezerra. Povos Originários/Indígenas em foco guia de fontes de informação especializada. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, jul./dez 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrr.br/index.php/rca/article/view/59539>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SALCEDO, Diego; SILVA, Jhoicykelly. Um dispositivo digital de mediação cultural: o caso do repositório filatélico brasileiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1248/1216>. Acesso em: 04 jul. 2024.

SANTOS, Maria Cristina. A. Caminhos historiográficos na construção da História Indígena. **História Unisinos**, São Leopoldo, vol. 21, núm. 3, p. 337-350, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* (Orgs.). **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 73-116.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

TERENA, Marcos. “Itinenóe Purutuíhako, Ainapó Nhakóe Ambenha Nhánheke, Vookuke Gonhuhótimo Kali Inzonéo, Kuánemaka Kali Émó-Hum, Enómone Vomixóne Ihái Vovokuké”. In: MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 15-34.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol9/iss1/2/>. Acesso em: jan. 2022.

UNDRIP. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Uni_das_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.